

POR UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A PRIMEIRA REPÚBLICA (2010-2020)

A BIBLIOMETRICAL ANALYSYS ABOUT THE HISTORIOGRAPHY OF THE BRAZILIAN FIRST REPUBLIC (2010-2020)

ANTONIO GASPERETTO JÚNIOR¹

Resumo: Este texto almeja desenvolver uma análise da produção acadêmica acerca da Primeira República no Brasil entre os anos de 2010 e 2020. Para isso, foi realizado um levantamento de todas as teses defendidas em Programas de Pós-Graduação em História no Brasil no período, que foram analisadas por meio da bibliometria com o intuito de averiguar a importância do regime político nas pesquisas acadêmicas, seu perfil e suas perspectivas. Concluiu-se que as pesquisas sobre a Primeira República são muito expressivas nas teses de doutoramento e apresentam abordagens mais recentes e com enfoques mais atualizados na historiografia.

Palavras-chave: Primeira República; historiografia; bibliometria.

Abstract: This text aims to develop an analysis of the academic production about the First Republic in Brazil between the years 2010 and 2020. For this, a survey was carried out of all the theses defended in Postgraduate Programs in History in Brazil in the period, which were analyzed through bibliometrics in order to ascertain the importance of the political regime in academic research, its profile and its perspectives. It was concluded that researches on the First Republic are very expressive in doctoral theses and presents more recent approaches and with more updated approaches in historiography.

Keywords: First Republic; historiography; bibliometry.

Introdução

¹ Pós-Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com estágio de doutoramento na Université Paris IV – Sorbonne (França). Professor do Departamento de História e do Mestrado Profissional em Administração Pública da UFJF. Contato: antonio.gasperetto@gmail.com.

A primeira experiência republicana brasileira se iniciou em 1889 com o golpe liderado por Deodoro da Fonseca, que encerrou os 67 anos de monarquia no Brasil. Até hoje, o mais longevo regime político sob uma mesma Constituição no país. Nascia, então, a Primeira República, que, como experiência republicana, também é o mais longevo período brasileiro. A despeito disso, o período ficou marcado por uma construção analítica que o imputou uma abordagem de arcaísmo, dominado por oligarquias comandadas pelos estados de Minas Gerais e de São Paulo, super sedimentado sobre a produção cafeeira, corroído por fraudes eleitorais e a inoperância dos trabalhadores desprovidos de direitos. Em 2019, essa “República Velha” completou 130 anos de nascimento e, em 2020, completou 90 anos de sua substituição. Na trilha dessas efemérides, qual a relevância que o período apresenta na produção acadêmica nacional?

As primeiras análises sobre a Primeira República surgiram ainda durante o próprio regime, quando seus contemporâneos relatavam suas informações e suas reflexões sobre o cotidiano como vozes inseridas no regime. Dunshee de Abranches, Agenor de Roure, Rui Barbosa, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, por exemplo, desenvolveram suas interpretações, cada um à sua forma, sobre o período e o liberalismo-oligárquico da época. No decorrer dos períodos republicanos seguintes, as análises foram ganhando o distanciamento do tempo para retomar certas questões muito caras ao período. Algumas dessas abordagens se tornaram grandes clássicos sobre o nascente regime republicano, tecendo interpretações sobre a estrutura sociopolítica do Brasil², as amarguras dos votos e das eleições³, as engrenagens da política dos governadores⁴, o papel institucional do novo Supremo Tribunal Federal⁵ e a

² FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1968.

³ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1949.

⁴ LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice, 1988.

⁵ RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**. Volume I: Defesa das Liberdades Civis (1891-1898). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**: defesa do liberalismo (1899-1910). Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**: doutrina brasileira do Habeas Corpus (1910-1926). Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

insatisfação de populares urbanos⁶, de marujos maltratados⁷ e de tenentes insatisfeitos com o regime⁸.

A virada do século XX para o XXI testemunhou uma nascente produção historiográfica que voltou ao período com novas perguntas, novas fontes e interesses renovados sobre a dinâmica da Primeira República. Uma interpretação mais antiga sobre uma República monótona, que chegou aos livros didáticos, com roteiros previamente estabelecidos e limitadas possibilidades sociopolíticas, econômicas e culturais foi revista em diferentes frentes. Até a década de 2010, a historiografia já havia alcançado muito em suas capacidades de análise e em seus métodos de pesquisa, promovendo renovadas e importantes leituras sobre o período. A mais recente síntese da Primeira República foi descrita por Cláudia Viscardi no recém-lançado *Dicionário da República*. Ao discorrer sobre o período, Viscardi traz uma leitura atualizada para o que se entende hoje sobre o funcionamento do federalismo, do Legislativo, do Judiciário e das eleições no regime. Destacando, ainda, novas abordagens acadêmicas que ajudam a compreender a complexidade da Primeira República a partir da utilização dos institutos do estado de sítio e do *habeas corpus*, os canais de manifestação de grupos extra oligárquicos da sociedade, a relevância dos militares na liberal-democracia, o papel da imprensa e a capacidade organizativa da sociedade civil em associações. A própria Viscardi, por sinal, é responsável pela releitura da complexidade da Primeira República em duas outras obras. A primeira⁹, questionando a aplicabilidade da tão propagada política do café-com-leite. A segunda¹⁰, questionando a eficiência da política dos governadores.

Dessa forma, percebe-se que o período continua recebendo importante atenção das pesquisas para, sobretudo, superar explicações simplistas sobre a Primeira República. Para além de uma sequência de governantes que se sucediam combinadamente no poder, havia uma sociedade viva com relações e interesses dos mais complexos na construção do Brasil republicano. Passados 130 anos do nascimento dessa República pioneira, o que se almeja entender neste texto é a relevância dessa experiência na produção acadêmica brasileira mais

⁶ SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁷ MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. São Paulo: Graal, 1986.

⁸ DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista**: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. 2. Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

¹⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos Perderemos**: a construção do federalismo republicano brasileiro. Curitiba: CRV, 2017.

atual, entre os anos de 2010 e 2020. Para isso, o intuito não é repetir o que já foi dito até aqui por outros autores, propomos, todavia, um inovador levantamento bibliométrico em busca de respostas quantitativas e qualitativas. Segundo Alan Pritchard¹¹, a bibliometria tenta quantificar os processos da criação escrita, podendo ser aplicada em diversas áreas do conhecimento. A partir de métodos estatísticos procuraremos, então, analisar a dinâmica e a evolução da produção acadêmica nacional. Com um grande levantamento feito em 2020 de teses de doutorado defendidas em Programas de Pós-Graduação em História entre 2010 e 2020, o texto buscará responder o tamanho da importância da Primeira República na produção historiográfica, quais os seus interesses no período e como essas pesquisas se distribuem pelo Brasil.

Assim, num primeiro momento, apresentaremos o panorama da produção acadêmica na área de História no Brasil, de onde podem ser auferidos os dados que irão revelar as averiguações da análise. E, em seguida, aprofundaremos nos dados obtidos construindo indicadores da produção acadêmica sobre a Primeira República.

A produção acadêmica nacional na área de História

A produção acadêmica acerca da Primeira República no Brasil está disposta em dissertações de Mestrado, em teses de Doutorado, em artigos publicados em periódicos e em livros autorais ou coletâneas. Um levantamento de toda essa documentação só seria possível com uma pesquisa extensa temporalmente, já que os números da produtividade brasileira na área de História são altos. Para um recorte atual e mais propositivo para a análise da produção, optamos por um levantamento acerca das teses de Doutorado publicadas no período compreendido entre os anos de 2010 e 2020.

Entre as produções oriundas da obtenção de títulos acadêmicos (monografias, dissertações e teses), aquela que representa a de mais alto nível é pertinente ao Doutorado. Por esse motivo, as teses, mais do que os outros trabalhos, representam um grau de profissionalização mais avançado, uma dedicação investigativa mais apurada e possuem um compromisso com a produção de conhecimento novo e atualizado sobre determinados

¹¹ PRITCHARD, Alan. Statistical Bibliography or Bibliometrics? In: **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, 1969.

assuntos. Os artigos, por sua vez, embora também importantes, podem ser mais restritos e derivados de pesquisas mais breves, mas também decorrentes das próprias investigações de doutoramento. Haveria uma enorme quantidade de periódicos para avaliação, sendo cada um com suas múltiplas edições anuais. E, por fim, as obras publicadas no país costumam ser derivadas de dissertações ou teses, por um lado, e coletâneas de textos, por outro lado. Diante desse panorama, parece-nos que a produção acadêmica mais genuína é aquela resultante das investigações de doutoramento. O que justificaria, neste texto, a sua escolha. De toda forma, todos os outros formatos são relevantes e merecem também receber a atenção de eventuais levantamentos futuros para uma noção ainda mais ampla. Por uma limitação de tempo e de espaço, a presente análise se restringe, então, às teses de doutoramento.

Outro motivo estimulante para tal análise é o crescimento dos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil entre 2010 e 2020. Se por um lado surgiram novos Programas, por outro lado Programas anteriores ao período receberam a autorização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a oferta de cursos de Doutorado. Isso promoveu um aumento na produção de teses de doutoramento no país entre 2010 e 2020, sendo sintomático para a década brasileira de maior oferta de Programas com Doutorado e com a maior produção de teses.

A mencionada CAPES é a fundação do Ministério da Educação (MEC) que atua na expansão e na consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no território brasileiro. Inicialmente, a instituição realizava avaliação anual de todos os cursos de pós-graduação no país, credenciando os Programas para abertura de cursos de Doutorado ou mesmo os descredenciando, ou seja, encerrando cursos que apresentam notas baixas ou deficientes. A avaliação da pós-graduação *stricto sensu* foi instituída como anual em 1976, passando a ser bienal, trienal e, desde 2017, quadrienal. A avaliação é realizada por uma comissão de representantes de cada uma das atuais 45 áreas de pesquisa da CAPES. Essa avaliação gera conceitos de 1 a 7, dos quais 1 e 2 são atribuídos a Programas deficientes que têm seus cursos descredenciados e 6 e 7 são as notas máximas que representam Programas de excelência internacional. Especificamente, a nota 3 equivale a um conceito “regular”, a nota 4 a um conceito “bom” e a nota 5 a um conceito “muito bom”. Somente Programas com cursos de Doutorado ativos podem alcançar os conceitos de excelência internacional.

A mais recente Avaliação Quadrienal realizada pela CAPES foi publicada em setembro de 2017 na Plataforma Sucupira com os resultados atribuídos a Programas de Pós-Graduação acadêmicos e profissionais. A modalidade profissional também é muito recente, voltada para a qualificação de profissionais de diversas áreas do conhecimento por meio de estudos que atendem demandas do mercado de trabalho. Por isso a avaliação é feita com base em critérios diferentes da pós-graduação acadêmica, dedicada à pesquisa e à formulação teórica. No âmbito desta análise, interessa-nos a produção decorrente de Programas acadêmicos.

A mencionada Avaliação Quadrienal de 2017 aponta a existência de 62 Programas de Pós-Graduação acadêmicos no Brasil avaliados na área de História. Desse universo, 16 Programas (25,8%) não possuem cursos de Doutorado como os demais 46 (74,2%). Logo, é deste universo de 46 Programas, dos quais 42 (91,3%) são de instituições públicas e 4 (8,7%) de instituições privadas, que serão apresentadas as análises seguintes sobre a produção acadêmica brasileira. Mas ainda com algumas ressalvas. Alguns Programas de História abriram suas primeiras turmas de Doutorado recentemente, como a UNIVERSO, em 2018, e as instituições de ensino superior UFAM, UFMA, UFPEL, UFPI, UFRN e UFRPE, em 2019. Sendo assim, nenhuma tese de doutoramento foi defendida ainda nesses Programas. Algumas instituições de ensino superior possuem mais de um Programa na área de História, como acontece na UERJ (História Política/História Social), na UFRJ (História Comparada/História Social), na UNESP (com Programas nos *campi* de Assis e de Franca) e USP (História Econômica/História Social) e, por isso, recebem mais de uma nota de avaliação.

Todos os dados coletados para esta análise são provenientes das informações que cada Programa de Pós-Graduação em História disponibiliza em seus respectivos sites oficiais. O Programa de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ainda que conte com o curso de Doutorado desde 1982, só apresenta informações acessíveis ao público a partir de 2012. Por sua vez, o Programa de História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que abriu sua primeira turma de Doutorado em 2015, ainda não registra em seu site qualquer tese, previstas para a partir de 2019. Dessa forma, uma das limitações da presente análise é decorrente da defasagem de informação e de atualização dos portais oficiais dos respectivos Programas.

Nesse cenário, os Programas de Pós-Graduação acadêmicos avaliados na área de História pela CAPES se distribuem pelo território nacional da seguinte forma:

Tabela I: Quantidade de Programas por região.

Região	Quantidade de Programas
Centro-Oeste	4 (8,7%)
Norte	2 (4,3%)
Nordeste	7 (15,2%)
Sul	11 (23,9%)
Sudeste	22 (47,8%)
Total	46 (100%)

Quase metade da produção acadêmica nacional se concentra na região Sudeste, detentora do maior número de Programas em História (22). Na situação oposta está a região Norte, com apenas dois Programas (UFAM e UEPA), sendo que, dentre eles, apenas a UEPA já possui teses defendidas na área. Essa desproporção é entendida historicamente pela concentração das universidades na região Sudeste e, consequentemente, pela demora na expansão dos cursos de pós-graduação pelo território nacional. Uma desproporção regional que explica muito sobre as oportunidades de formação educacional no país e a capacidade de produção de conhecimento por meio da pesquisa em ambientes acadêmicos.

Por sua vez, se considerarmos a distribuição dos Programas por notas de avaliação da CAPES, temos a seguinte composição:

Tabela II: Quantidade de Programas por notas de avaliação CAPES.

Nota CAPES	Quantidade de Programas
3	2 (4,3%)
4	22 (47,8%)
5	16 (34,7%)
6	4 (8,6%)
7	2 (4,3%)

Ressaltando-se que Programas avaliados com notas 1 e 2 são descredenciados pela CAPES e encerram suas atividades, o mínimo que é preciso para estar em funcionamento é o conceito 3. Nesse sentido, o estrato mínimo é representado por apenas dois Programas, o que denota um resultado positivo frente à totalidade. Mais de 80% dos Programas de História

existentes no Brasil estão avaliados numa camada intermediária de qualidade (conceitos 4 e 5), dentre os quais aproximadamente 35% representam um nível de excelência nacional (conceito 5). Importante ressaltar também que, para abertura de cursos de Doutorado, o Programa deve alcançar o patamar mínimo de conceito 4. Logo, Programas que ofertam o curso de Doutorado avaliados com conceito 3 indicam uma queda na avaliação mais atual. Na ponta da excelência, os Programas avaliados com 6 e 7 representam, hoje, cerca de 13% dentre todos os 46 Programas, um seleto grupo composto pelas instituições públicas UFF, UFMG, UFRGS, UFRJ, UNICAMP e o Programa de História Social da USP. Ou seja, apenas o Programa da UFRGS não está na região Sudeste do país.

Nesse sentido de raciocínio, se cruzarmos as informações de conceitos por região, obtemos os seguintes dados:

Tabela III: Quantidade de Programas por nota e região.

Região	Nota de avaliação					Total
	3	4	5	6	7	
Centro-Oeste	0	3	1	0	0	4
Norte	0	1	1	0	0	2
Nordeste	0	0	7	0	0	7
Sul	0	6	4	1	0	11
Sudeste	2	5	10	3	2	22

Talvez pudesse se supor que, por serem mais recentes, os Programas avaliados com conceito 3 estivessem localizados nas regiões Norte e/ou Nordeste, mas o que se verifica é que os dois mencionados Programas nessa faixa de avaliação são pertinentes também à região Sudeste. Região esta que concentra 100% dos dois casos extremos, ou seja, Programas com conceitos 3 e 7. Para além disso, por possuir o maior número de Programas de Pós-Graduação em História, a região Sudeste representa a maioria dos cursos também avaliados com conceitos 5 (62,5%) e 6 (75%). A única faixa não dominada pelo Sudeste é a de nota 4, onde predomina a região Sul com 27,2% dos Programas (6).

Partindo do pressuposto regional, 75% dos Programas da região Centro-Oeste são avaliados com nota 4, o Norte está dividido (50/50) entre conceitos 4 e 5, o Nordeste possui 100% dos Programas avaliados com nota 5, o Sul possui 54,5% avaliados com o conceito 4 e

o Sudeste possui em destaque 45,4% dos Programas na faixa 5. Corroborando com o que foi dito anteriormente, os Programas se concentram entre os conceitos 4 e 5, uma camada intermediária satisfatória de qualidade. O destaque desses dados, contudo, é dado à região Nordeste, que possui 100% dos Programas classificados com conceito 5, o que representa um patamar avançado de acordo com os métodos de avaliação aplicados pela CAPES. Proporcionalmente, trata-se da região mais bem sucedida no país, mesmo se comparada ao Sudeste, sendo a mais homogênea com avaliação satisfatória.

É desse contexto que são provenientes as teses de Doutorado em História no território nacional. Com base nesses dados levantamos todos os trabalhos produzidos entre 2010 e 2020 informados nos portais oficiais dos respectivos Programas, o que resultou em um total de 3.243 teses no período. Em termos absolutos, assim se manifesta a produção de teses no país no decorrer da década:

Tabela IV: Quantidade de teses por região.

Região	Quantidade de teses
Centro-Oeste	267
Norte	38
Nordeste	235
Sul	598
Sudeste	2.105
Total	3.243

Como esperado, a partir dos dados anteriores, a maior quantidade de teses em História foi produzida na região Sudeste (64,9%). Cerca de três vezes e meia a quantidade de pesquisas realizadas pela região em segundo lugar absoluto, o Sul do Brasil. Para além disso, os dados mostraram que, mesmo com menos Programas (4), a região Centro-Oeste informa uma quantidade superior de teses em relação à região Nordeste (7 Programas). A única exceção à regra, pois a relação número de Programas/quantidade de teses mantém a mesma lógica relacional para as demais regiões.

Interessante, então, é destacar os Programas com o maior número de teses na área de História no Brasil. Desse total de 3.243 pesquisas no período, o Programa de Pós-Graduação em História Social da USP representa 396 pesquisas (12,2%), acompanhado de perto pelo Programa da UFF com 346 teses (10,6%). Ambos apresentam mais do que o dobro da

produção das duas instituições que figuram em terceiro e quarto lugares nessa relação, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com 153 teses (4,7%), e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 149 teses (4,5%). Os Programas da USP, da UNICAMP e da UFF são mais tradicionais no país, com cursos de Doutorado, respectivamente, desde 1971, 1984 e 1985. Já o Doutorado da UFMG teve início no ano 2000. Todos eles estão concentrados na região Sudeste do país e foram avaliados em 2017 com conceitos 6 (USP e UNICAMP) e 7 (UFF e UFMG).

Por outro lado, os Programas de Pós-Graduação em História das instituições UFAM, UFMA, UFPEL, UFPI, UFRN, UFRPE e UNIVERSO, bem como o Programa em História Social da UERJ, ainda não informam a existência de teses em seus respectivos portais na internet, por possuírem cursos de Doutorado que são mais recentes e, em alguns casos, ainda não contarem com resultados de pesquisas das suas primeiras turmas. Sendo assim, conclui-se um universo de 38 Programas de Pós-Graduação em História no Brasil de onde são provenientes as 3.243 teses informadas que serão abordadas na análise.

Por uma análise bibliométrica da historiografia sobre a Primeira República

Diante de um cenário geral verificado no item anterior do texto, interessa-nos, agora, refletir sobre como a produção acadêmica acerca da Primeira República brasileira se insere nesse contexto. Para isso, um refinamento na pesquisa no sentido de identificar esses trabalhos foi necessário, considerando-se pesquisas que dão conta do período compreendido entre 1889 e 1930. Cumpre ressaltar que deseja-se saber o que se produz de conhecimento acerca do período no Brasil, e, por vezes, as balizas das pesquisas de doutoramento não são tão rigorosas considerando o início e o encerramento do regime político. Por isso consideramos todas as teses que estão inseridas no recorte temporal ou que passam por ele. Desse modo, são aqui consideradas também pesquisas com balizas temporais que se iniciam antes de 1889 e/ou se encerram depois de 1930. Logo, todos os trabalhos que consideram o período da Primeira República para alguma forma de investigação foram considerados relevantes para se averiguar o que se produz de conhecimento sobre o período. Espera-se que esse tipo de levantamento de dados aponte considerações quantitativas e qualitativa sobre a produção acadêmica brasileira entre 2010 e 2020.

Do universo de 3.243 teses de Doutorado defendidas entre 2010 e 2020, foram encontradas 639 pesquisas que, de alguma forma, remetem ao período entre 1889 e 1930 no Brasil. O que representa 19,7% do total, ou seja, uma quantidade expressiva, já que significa dizer que um quinto da produção acadêmica de História na década considera o período relevante para algum tipo de análise. Sua distribuição anual é a seguinte:

Gráfico I: Teses sobre a Primeira República por ano.



O gráfico acima demonstra que houve um crescimento do número de trabalhos de doutoramento defendidos no decorrer da década. Sendo os anos de 2016, 2018 e 2015 com os maiores patamares de produção, sendo, respectivamente, 84 (13,1%), 82 (12,8%) e 81 (12,6%) teses sobre a Primeira República. Nota-se também que 2019 marcou uma acentuada queda nessa sequência histórica, caindo para 60 teses. No entanto, índice ainda superior ao de 2010, quando se registrou a menor quantidade de trabalhos sobre o período político brasileiro, 44 teses. O ano de 2020 não se encontra no gráfico porque, embora já existam registros nos sites de alguns Programas de teses defendidas no ano, nenhuma delas abordou o período da Primeira República. É cedo para tirar conclusões sobre uma continuidade da queda verificada em 2019, uma vez que o levantamento foi realizado na primeira metade do primeiro semestre do ano de 2020 e a pandemia de COVID-19 interferiu em muitos cronogramas das atividades acadêmicas e burocráticas dos Programas de Pós-Graduação. Ainda assim, já se pode afirmar que houve uma concentração dessas pesquisas na segunda metade da década, o que converge com o fato da expansão dos Programas e dos cursos de Doutorado no país.

Por sua vez, as pesquisas de doutoramento sobre a Primeira República estão assim dispostas pelo país:

Tabela V: Teses sobre Primeira República por região.

Região	Quantidade de teses sobre Primeira República
Centro-Oeste	33
Norte	12
Nordeste	54
Sul	146
Sudeste	394
Total	639

A região Sudeste do Brasil concentra sozinha 58,3% desses trabalhos, mais de duas vezes e meia a quantidade de teses sobre a Primeira República registradas no Sul do país. Uma correspondência que se equivale à proporção anterior apresentada de produção acadêmica geral no Brasil. Historicamente, essas regiões concentram muitos documentos da história republicana brasileira, o que contribui para estudos de história local, por exemplo. Enquanto o Nordeste, por outro lado, possui uma importância histórica ligada ao Brasil colonial que estimula muitas pesquisas nesse sentido.

Considerando-se a produção acadêmica absoluta sobre a Primeira República por Programas de Pós-Graduação, destacam-se o Programa de História Social da USP, com 60 teses (9,3%), e a UFF, com 58 teses (9%) informadas. Números que coincidem com o fato de serem as duas instituições que mais produziram teses de História na década e, que, satisfatoriamente, ocupam extratos de excelência na avaliação de seus Programas. Observando-se, no entanto, a produção relativa acerca da Primeira República, esse quadro se altera. Ganham destaque a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A FIOCRUZ, que possui curso de Doutorado desde 2001 e cujo programa foi avaliado em 2017 com conceito 5, informa em seu site 85 teses defendidas entre 2010 e 2020, das quais 34 abordaram o período da Primeira República. Ou seja, 40% de sua produção acadêmica sobre o referido regime político. Da mesma forma, a UFSM, com curso de Doutorado desde 2015 e avaliado com conceito 4 em 2017, informa a defesa de 13 teses, das quais cinco remetem à Primeira República. Ou seja, 38,4% do total. Números que, embora ainda vinculados às regiões Sul e Sudeste, são surpreendentes ao apontar instituições com cursos de doutoramento iniciados ambos no século XXI e, no caso, da UFSM, ser tão recente e não ser uma instituição de ensino superior com tão longeva tradição quanto USP e UFF.

Para se conhecer mais ainda sobre a produção acadêmica acerca da Primeira República no Brasil, é importante ressaltar que o período foi representado em pesquisas na década em todos os Programas com teses já defendidas, com exceção dos Programas da Universidade de Passo Fundo (UPF), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNIOESTE) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Ou seja, 13,1% dos 38 Programas considerados. Sendo que, dentre esses Programas, o que informa a maior quantidade de teses defendidas na década é o da UNIRIO, com 14 pesquisas de doutoramento, mas nenhuma sobre a Primeira República. Para se inferir a razão da ausência de teses sobre a virada do século XIX para o XX no Brasil seria preciso fazer, por exemplo, um levantamento das linhas de pesquisa do quadro docente das instituições e de seus grupos de estudo para se averiguar se há pesquisas que se relacionam com o período nessas instituições, bem como especialistas. O que certamente contribuiria em muito para estimular novos trabalhos.

Cabe ainda ressaltar, quantitativamente, que existe um razoável equilíbrio de teses desenvolvidas por homens e mulheres sobre a Primeira República. No montante das 639 pesquisas realizadas na década, os homens se representaram em 325 trabalhos (50,9%) e as mulheres em outros 314 (49,1%). Em termos absolutos, os homens predominaram nas teses sobre a Primeira República no Programa de História Social da USP, com 31 trabalhos. Enquanto as mulheres predominaram na UFF, com 37 pesquisas. Em termos relativos, as historiadoras representaram a autoria de 100% das teses na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Por sua vez, os homens foram 100% dos autores apenas na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), mas o Programa de História Econômica da USP também revelou um alto índice de 92,5%.

Até aqui, acreditamos que os números revelam muito o perfil de quem produz e de onde são produzidas as teses de doutoramento sobre a Primeira República no país. Porém os números também podem contribuir para uma compreensão qualitativa dessas pesquisas, revelando temas de interesse e apontando caminhos para se compreender melhor a produção historiográfica. Isso é o que se almeja abordar daqui em diante.

Avaliando-se a partir do conteúdo, as 639 teses defendidas sobre a Primeira República na década foram divididas em quatro grandes eixos iniciais: História Social, História Econômica, História Política e História Cultural. Para isso, algumas diretrizes foram consideradas.

A História Social ganhou destaque com a terceira geração da Escola dos Annales. Ao se posicionar como alheia ao mundo das elites e considerando grupos sociais menos favorecidos, essa abordagem concedeu protagonismo a indivíduos comuns como camponeses, operários e escravizados, por exemplo. A História Social destacou-se na historiografia por sua capacidade de enriquecer os detalhes do passado por meio de fontes diversificadas, revelando aspectos humanos de indivíduos, grupos e comunidades para além de documentos governamentais oficiais. Para Eric Hobsbawm (2013), a História Social pode ser vista como a história dos pobres ou das classes mais baixas, de seus ofícios e de suas organizações; como atividades humanas difíceis de se classificar e como o resultado de uma combinação entre História Social e Econômica. Nesse sentido, fizeram parte deste eixo pesquisas que apresentaram termos primários como: ambiente, associações, cidades, ciências, conflitos, controle social, educação, esportes, gênero, historiografia, imigrantes, imprensa, indígenas, indivíduos, instituições, justiça, modernização, morte, mutualismo, relações sociais, religião, saúde, territórios, trabalhadores, trajetórias e violência.

A História Econômica dedica-se ao estudo dos fenômenos econômicos do passado abordando aspectos estruturais, administrativos, financeiros e demográficos, por exemplo. Esse ramo da História fez muito sucesso na segunda metade do século XX, sob forte influência de estudos marxistas. Mais recentemente, não desfruta do mesmo prestígio das décadas de 1960 e 1970, porém mantém sua relevância nas investigações acadêmicas. Neste eixo foram inseridas pesquisas cujas termos primários apresentados eram: açúcar, agricultura, borracha, cacau, café, comércio, doutrina, pecuária, territórios e modernização.

A História Política se dedica aos eventos políticos, à ideia, aos movimentos sociais, às instituições de governo, aos partidos e às lideranças políticas. Suas investigações abordam a organização e a operação do poder na sociedade, geralmente enfocando as elites, mas também averiguando seus impactos ou respostas provenientes de camadas mais populares. Neste eixo, foram consideradas teses que apresentaram os seguintes termos primários: coronelismo, crise,

eleições, estado de sítio, ideologias, imigrantes, instituições, oligarquias, partidos, política dos governadores, políticas públicas, relações internacionais, territórios e trajetórias.

O quarto e último grande eixo se refere à História Cultural, uma vertente que aborda as tradições da cultura popular ou erudita interpretando as experiências humanas em determinadas localidades ou períodos. Neste eixo foram incluídas pesquisas cujos termos principais eram: alimentação, artes, cinema, festividades, identidade, literatura, memória, música, patrimônio, radioteatro, teatro e trajetórias.

Naturalmente, as pesquisas acadêmicas não são tão pragmáticas restringindo-se a técnicas e abordagens delimitadas em cada um dos eixos. Pelo contrário, a tendência cada vez maior é de aplicação de abordagens variadas nas pesquisas históricas, bem como usufruir dos benefícios da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade. Além disso, outras vertentes também existem como História dos Conceitos, História das Mentalidades, História Intelectual etc. Outros eixos não foram acrescentados à avaliação pela inexistência de pesquisas que revelassem a primazia por análises pertinentes de outras abordagens. Sendo assim, a partir dos resumos e palavras-chave de cada trabalho, os trabalhos foram divididos por eixos. Respeitou-se, primordialmente, aquilo que foi informado por cada autor/autora em suas pesquisas, nossas fontes, perfazendo uma relação de temáticas com afinidade a cada eixo encontrado.

Pode se verificar, então, a seguinte distribuição dessas teses por eixos:

Tabela VI: Relação de teses sobre a Primeira República por eixo.

Eixo	Número de teses
História Cultura	119
História Econômica	23
História Política	42
História Social	455
Total	639

Chama muito a atenção o interesse que historiadores e historiadoras da década tiveram por pesquisas inseridas no campo da História Social. Como mencionado acima, a História Social se destacou na terceira geração da Escola dos Annales com nomes representativos como Edward Palmer Thompson que abriram caminho para investigações fora do mundo das elites. Almejava-se, então, construir uma “História vista de baixo”, reveladores dos hábitos,

do cotidiano e das ações de indivíduos comuns da sociedade. Essa abordagem enriquecedora de uma visão de mundo mais real aplicada a determinadas épocas e localidades repercutiu expressivamente nas pesquisas e, o que se nota a respeito da Primeira República, é a sua clara preponderância. Esse eixo representa 71,2% das pesquisas, quase quatro vezes a quantidade de trabalhos inseridos no eixo História Cultural. Esses dados também podem ser lidos como uma demonstração dos efeitos da Escola dos Annales na historiografia, principalmente quando se compara com o interesse por eixos mais tradicionais como a História Política e a História Econômica. Claro é que essas abordagens também passaram por renovações atualizadoras nas últimas décadas, mas as possibilidades da História Social parecem ter sido mais cativantes. No que se refere à Primeira República, o imaginário que se constrói sobre o período nos livros didáticos do ensino básico é de uma política enfadonha de cartas marcadas e de uma interminável lista de Presidentes iguais em essência e de uma economia exclusivamente baseada no café. Talvez essa percepção tenha efeitos subjetivos mais longevas em estudantes que ingressam na graduação de História. Por fim, a História Cultural também apresentou um crescimento e uma dinamização significativos a partir da década de 1970, trazendo novas e agradáveis possibilidades de análises do ser humano no tempo. Possivelmente uma explicação para a quantidade apresentada na tabela.

É também interessante observar a evolução desses eixos por ano:

Gráfico II: Teses de História Cultural por ano.

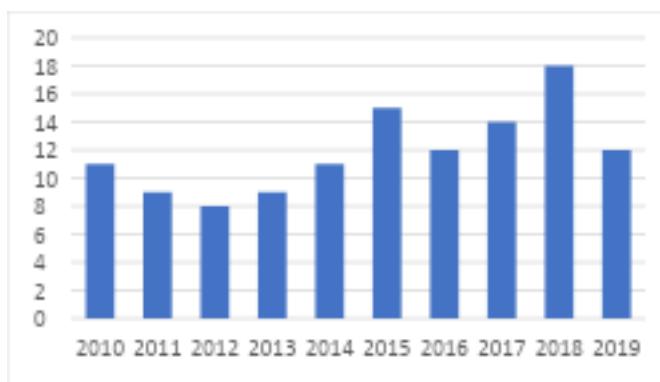


Gráfico III: Teses de História Econômica por ano.

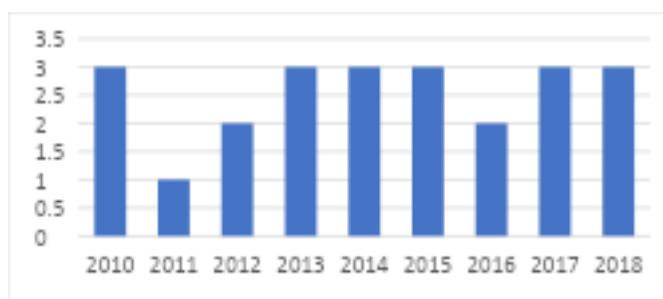


Gráfico IV: Teses de História Política.

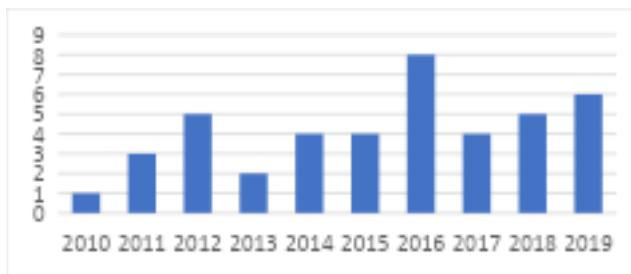
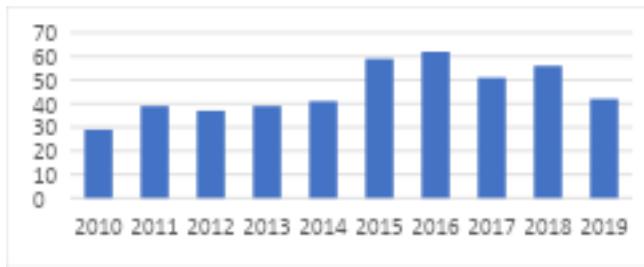


Gráfico V: Teses de História Social



Dos gráficos apresentados acima, o único que não contém uma coluna representando o ano de 2019 é aquele a respeito da produção de História Econômica. Todos os demais eixos apresentaram produção constante em todos os anos da década. Enquanto todos os outros eixos apresentam um crescimento de interesse na produção ano a ano, somente as teses de História Econômica se mantêm em um patamar baixo, variando de 0 (2019) a 3 (2013, 2014, 2015, 2017 e 2018) pesquisas defendidas por ano apenas. Mais uma vez, fica demonstrada a pouca atratividade que historiadores e historiadoras pela História Econômica da Primeira República. Até mesmo as pesquisas de História Política demonstraram uma retomada na avaliação de 2010 a 2019.

Nesse contexto, o ano mais frutífero para a História Cultura da Primeira República foi 2018, com 15,1% das teses; para a História Política foi 2016, com 19% das pesquisas do eixo; e para a História Social foi também 2016, com 13,6% dos trabalhos defendidos no eixo. Ou seja, todos os casos na segunda metade da década, talvez um reflexo do também já mencionado crescimento dos Programas de Pós-Graduação e dos cursos de Doutorado no país.

A produção acadêmica por eixos se apresenta assim distribuída pelo país:

Tabela VII: Eixos por região.

Região	História Cultural	História Econômica	História Política	História Social
Centro-Oeste	7	1	2	23
Norte	4	0	0	8
Nordeste	7	0	4	43
Sul	22	0	15	109
Sudeste	79	22	21	272

Pela quantidade expressiva de teses classificadas no eixo da História Social, todas as regiões do país apresentam maiores produções nesse sentido. Da mesma forma, como a região Sudeste é a maior produtora de pesquisas de doutoramento no Brasil, todos os eixos são mais desenvolvidos nessa região. A constatação mais singular desses dados é em relação a certas regiões que não desenvolveram pesquisas em alguns eixos. Até aqui, a região Norte não informou nenhuma pesquisa classificada no eixo de História Política da Primeira República. Por sua vez, a História Econômica do período não gerou nenhum trabalho de doutoramento nas regiões Norte, Nordeste e Sul. Sendo que, das 23 teses classificadas nesse eixo, 22 delas foram produzidas na região Sudeste. Um dado que revela a limitação do interesse por esse tipo de abordagem sobre a Primeira República no Brasil, sendo sintomático que eles estejam concentrados quase exclusivamente no Sudeste, uma vez que a USP possui o único Programa de Pós-Graduação em História Econômica no país.

Ainda no âmbito da História Econômica, o destaque continua sendo os aspectos econômicos em torno da produção de café na Primeira República. Mas pesquisadores e

pesquisadoras têm se interessado também por explicar uma produção paralela de Cacau¹² e borracha¹³. Outras duas pesquisas merecem menção por abordar produtos econômicos “fora do lugar” no tempo. Uma delas sobre o açúcar na Primeira República¹⁴, produto que, no passado colonial, representou a essência da economia brasileira e fora superado pelo ouro e o próprio café. De outro ponto de vista, a compreensão da pecuária no período cafeeiro¹⁵. Algo que, desde a segunda metade do século XX, possui grande representação na pauta econômica brasileira e explica muito sobre a ocupação do território no país e a relação com o meio-ambiente. Mas o aspecto econômico da Primeira República que foi mais explorado na década diz respeito aos mecanismos de funcionamento do comércio, seja ele interno ou externo.

Os estudos sobre a História Política da Primeira República ampliaram o conhecimento sobre aspectos do período das relações internacionais, das oligarquias e das ideologias políticas. O mais interessante nesse âmbito é uma releitura dos elementos políticos marcantes da época. Como já mencionado, uma tradicional concepção de ausência de disputas políticas, de eleições fraudadas e de violência política tem sido revista nas últimas décadas. Por isso, questões clássicas voltaram à pauta nesta década. Uma delas foi o coronelismo, estudado por Márcio Biavaschi¹⁶ no Rio Grande do Sul durante o período Borgista. As eleições na Primeira República foram avaliadas nas pesquisas de Vitor Figueiredo¹⁷ e Alexandre de Souza¹⁸, lançando luz sobre novas perspectivas envolvendo os pleitos. O primeiro trazendo compreensões alternativas para o espaço de competição política em Minas Gerais. O segundo refletindo sobre a administração judicial das eleições na Primeira República. Ambos

¹² PONTES, Kátia. **O Binômico Porto-Ferrovia:** O escoamento da produção cacaueira, região e desenvolvimento econômico (1920 a 1947). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

¹³ KLEIN, Daniel. **A borracha no Acre:** economia, política e representações (1904 - 1945). Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

¹⁴ MELO, José de. **O açúcar no café:** agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

¹⁵ RODRIGUES, Maria. **Pecuária leiteira no pós-abolição:** as transformações econômicas em Resende – RJ (1888-1940). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. NASCIMENTO, Joana. **Do pastoreio à pecuária:** A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

¹⁶ BIAVASCHI, Márcio. **Relações de poder coronelistas na região colonial italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928).** Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

¹⁷ FIGUEIREDO, Vitor. **Voto e competição política na Primeira República:** o caso de Minas Gerais. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

¹⁸ SOUZA, Alexandre de. **Perto da justiça, longe do cidadão:** a administração judicial das eleições no Brasil (1881-1932). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

relativizando uma visão tradicional dos pleitos. Da mesma forma, a política dos governadores também foi revisitada por Fagner dos Santos¹⁹ no questionamento de sua viabilidade para uma estabilidade política nacional na Primeira República. Por fim, uma inovação na leitura política do período foi a análise de Antonio Gasparetto Júnior²⁰ da intensa utilização do instituto do estado de sítio, algo que ainda não havia sido considerado em pesquisas anteriores. Ou seja, houve um aprimoramento em relação aos aspectos políticos, relativizando mecanismos já discutidos na historiografia, por um lado, e inserindo novos meios de arbítrio, por outro lado.

A História Cultural da Primeira República dedicou-se muito ao estudo de suas artes visuais (pinturas, esculturas, fotografias e charges), com 35 teses; de sua literatura, com 25 pesquisas; da música no período, com 17 trabalhos; e às questões de identidade e patrimônio, com 14 e 11 teses, respectivamente. Nesse eixo, merecem menção ainda uma abordagem cultural sobre a alimentação e as festividades, com pesquisas que transitam entre a História Cultural e a História Social. E, por fim, outros dois estudos foram às raízes de produções culturais que explodiram de sucesso em momentos posteriores, o radioteatro²¹ e o cinema²².

Por fim, o campo da História Social foi o mais pujante de pesquisas de doutoramento sobre a Primeira República entre 2010 e 2020, como já demonstrado. Nesse âmbito, destacaram-se trabalhos sobre a imprensa da época (36 teses), a religião (34 teses), os imigrantes (33 teses), os aspectos em torno da saúde (32 teses), as relações sociais (29 teses) e discussões acerca do cotidiano dos trabalhadores (26 teses). Ainda assim, nada superou o interesse expressivo das pesquisas por trajetórias de indivíduos e/ou de instituições na Primeira República, totalizando 125 teses.

Algumas novas e interessantes temáticas vieram também enriquecer o conhecimento e o debate sobre o período da história brasileira. Tatiana Castro²³ voltou ao tema do *Habeas*

¹⁹ SANTOS, Fagner dos. **A política dos governadores como discurso:** Uma história da construção da estabilidade nacional na Primeira República. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

²⁰ GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. **Recursos Extremos da Administração Estatal:** as declarações de estado de sítio na Primeira República brasileira. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

²¹ GONÇALVES, Camila. **Mistério no ar:** primeiros tempos do radioteatro policial no Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo 2019.

²² CHAVES, Geovane. **Sob o Desígnio Moral:** O Cinema Além do Filme (1900-1964). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

²³ CASTRO, Tatiana. **“Assim se espera justiça”:** o remédio jurídico do *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal (1920-1929). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

corpus para avaliar o funcionamento da justiça na Primeira República e a atuação do Supremo Tribunal Federal na última década do regime. Outra questão que segue ganhando repercussão revisionista desde o trabalho de Tânia Regina de Luca²⁴ é a respeito das associações mutualistas. Uma abordagem que demonstra a capacidade organizativa dos trabalhadores e seus posicionamentos genuínos em um cenário de ausência de direitos sociais. Associações que conviveram com os sindicatos e não foram apenas um protótipo deles, perdurando no tempo com objetivos próprios. O mutualismo foi estudado na década em Novo Hamburgo²⁵, em Maceió²⁶, em Porto Alegre²⁷ e em Fortaleza²⁸.

Uma demanda necessária envolve as agruras sofridas pelos povos indígenas no Brasil, estudos deram notabilidade aos povos Apurinã²⁹, Xokleng³⁰ e à tradição Kaingang³¹. Bem como a violência envolvendo terra e trabalho no estado de São Paulo³². Os super atuais estudos de história ambiental indicam um campo de grande crescimento e interesse, com proeminência das produções no Sul do Brasil. Foram sete teses de doutoramento nesse sentido na década. Por sua vez, as curiosas investigações sobre as percepções da morte na Primeira República geraram cinco teses de doutoramento. O mais surpreendente, contudo, mas que também reflete uma tendência, foram os estudos de gênero abordando os ideais de masculinidade e o fazer-se mulher na sociedade da Primeira República. Foram 18 teses a promover esse debate espalhadas pelo Brasil, com exceção do Nordeste.

²⁴ LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto, 1990.

²⁵ MAGALHÃES, Magna. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

²⁶ MACIEL, Osvaldo. **A perseverança dos caixeiros**: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

²⁷ QUEVEDO, Éverton. **“Uma mão protetora que os desvie do abismo”**: Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre e seu hospital (1854-1904). Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

²⁸ MORAIS, Nágila. **Entre o mutualismo e o sindicalismo**: a resistência solidária dos trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

²⁹ LINK, Rogério. **Vivendo entre Mundos**: O povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

³⁰ HOERHANN, Rafael. **O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927 - 1954)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

³¹ ALMEIDA, Carina. **Tempo, memória e narrativa kaingang no oeste catarinense**: a tradição kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na terra indígena Xapéco. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

³² DORNELLES, Soraia. **A questão indígena e o Império**: índios, terra, trabalho e violência na Província Paulista, 1845-1891. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

Considerações finais

Por meio de uma inédita abordagem bibliométrica sobre a Primeira República, buscamos demonstrar o perfil das pesquisas sobre o período no Brasil para alcançar entendimentos sobre a relevância do regime político na historiografia, suas tendências e aspectos gerais sobre a produção de pesquisas na área no Brasil. Claro que o meio empregado para tais análises podem apresentar debilidades, uma vez que todos os dados foram coletados nos portais oficiais de cada Programa de Pós-Graduação aqui avaliados. Reconhecemos que alguns trabalhos podem ter ficado de fora de análise pelo não lançamento de suas informações nas páginas dos Programas. Em alguns casos, também, as informações apresentavam-se incompletas e não havia acesso ao texto integral para uma total abordagem de cada trabalho, prejudicando algumas poucas especificações. No entanto, essas ocorrências foram poucas e, efetivamente, chegou-se a um universo de teses produzidas entre 2010 e 2020 muito satisfatório para a análise.

Nesse contexto, constatou-se, inicialmente, que as pesquisas que abordam a Primeira República no Brasil apresentam ainda grande relevância na historiografia brasileira. Um quinto da produção acadêmica na década dedicou-se a algum aspecto do período, o que é uma porcentagem muito expressiva ao se considerar que os demais 80% das pesquisas em Programas de Pós-Graduação em História dividem-se em avaliações sobre o Brasil colonial, o Brasil Imperial, a Era Vargas, a Segunda República, o regime civil-militar e a Nova República. Isso, claro, considerando-se apenas os estudos sobre contextos brasileiros, pois ainda há pesquisas sobre outros países e suas diversas abordagens. Pode-se inferir, portanto, que a Primeira República é o regime político brasileiro mais estudado nos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil.

Por sua vez, os dados demonstraram uma primazia por pesquisas de História Social e História Cultural da Primeira República. Um aspecto que se replica por todas as regiões do país. Mas o campo que passa por uma maior renovação de sua leitura é o da História Política, que tem revisado e/ou relativizado temas clássicos e inserindo novos elementos para compreensão do período, como o estado de sítio. À margem dos demais, a História Econômica da Primeira República tem atraído a atenção de poucas pesquisas, mas ainda

gerando estudos interessantes e renovadores que iluminam uma compreensão sobre uma dinâmica econômica para além do tradicional café.

Há uma concentração das pesquisas sobre a Primeira República na região Sudeste do país que se explica historicamente por abrigar o maior número de Programas de Pós-Graduação em História no Brasil, produzindo teses em grande quantidade e também em grande variedade. A Primeira República, porém, mantém o interesse de pesquisadores e pesquisadoras em todo o país, sendo investigada em todas as regiões do país. Mais do que isso, são raros os Programas que não produziram teses sobre esse período da história brasileira, seja porque são muito recentes ou mesmo porque essas informações não estavam disponíveis em seus portais ainda. Destacaram-se os Programas de História Social da USP e o da UFF em número absoluto de teses sobre a Primeira República. Mas a pesquisa revelou a relevância das abordagens sobre o período em termos relativos nos Programas das instituições FIOCRUZ e UFSM.

À guisa de conclusão, a segunda metade da década apontou o crescimento das pesquisas sobre a Primeira República, acompanhando a expansão dos cursos de doutoramento em História. Certamente, muito mais é produzido por meio de investigações acadêmicas sobre o período no Brasil. Uma avaliação mais ampla encontraria outros estudos em Programas de Pós-Graduação nas áreas de Direito, de Educação Física e de Letras, somente como exemplo. Pesquisas igualmente relevantes para o debate acadêmico e o conhecimento acerca da Primeira República. Por sua vez, uma pesquisa mais ampla e mais extensa poderia também incluir dissertações de Mestrado.

Enfim, os estudos acerca da Primeira República são muito caros à historiografia e movimenta uma grande parcela de pesquisadores e pesquisadoras no Brasil. Mais do que nunca, as interpretações e compreensões sobre a pioneira experiência republicana no Brasil, que transitou de do liberalismo ao autoritarismo, são fundamentais para se compreender questões colocadas pelo presente.

Referências

ALMEIDA, Carina. **Tempo, memória e narrativa kaingang no oeste catarinense:** a tradição kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na terra

indígena Xapecó. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BIAVASCHI, Márcio. **Relações de poder coronelistas na região colonial italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CASTRO, Tatiana. “**Assim se espera justiça**”: o remédio jurídico do *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal (1920-1929). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CHAVES, Geovane. **Sob o Desígnio Moral**: O Cinema Além do Filme (1900-1964). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

DORNELLES, Soraia. **A questão indígena e o Império**: índios, terra, trabalho e violência na Província Paulista, 1845-1891. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista**: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1968.

FIGUEIREDO, Vitor. **Voto e competição política na Primeira República**: o caso de Minas Gerais. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. **Recursos Extremos da Administração Estatal**: as declarações de estado de sítio na Primeira República brasileira. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

GONÇALVES, Camila. **Mistério no ar**: primeiros tempos do radioteatro policial no Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo 2019.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

HOERHANN, Rafael. **O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927 - 1954)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

KLEIN, Daniel. **A borracha no Acre**: economia, política e representações (1904 - 1945). Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1949.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana:** Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice, 1988.

LINK, Rogério. **Vivendo entre Mundos:** O povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado.** São Paulo: Contexto, 1990.

MACIEL, Osvaldo. **A perseverança dos caixeiros:** o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MAGALHÃES, Magna. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul:** associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MELO, José de. **O açúcar no café:** agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MORAIS, Nágila. **Entre o mutualismo e o sindicalismo:** a resistência solidária dos trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata.** São Paulo: Graal, 1986.

NASCIMENTO, Joana. **Do pastoreio à pecuária:** A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

PONTES, Kátia. **O Binômico Porto-Ferrovia:** O escoamento da produção cacauíra, região e desenvolvimento econômico (1920 a 1947). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PRITCHARD, Alan. Statistical Bibliography or Bibliometrics? In: **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, 1969.

QUEVEDO, Éverton. **“Uma mão protetora que os desvie do abismo”:** Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre e seu hospital (1854-1904). Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

RODRIGUES, Maria. **Pecuária leiteira no pós-abolição:** as transformações econômicas em Resende – RJ (1888-1940). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**. Volume I: Defesa das Liberdades Civis (1891-1898). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**: defesa do liberalismo (1899-1910). Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**: doutrina brasileira do Habeas Corpus (1910-1926). Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

SANTOS, Fagner dos. **A política dos governadores como discurso**: Uma história da construção da estabilidade nacional na Primeira República. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUZA, Alexandre de. **Perto da justiça, longe do cidadão**: a administração judicial das eleições no Brasil (1881-1932). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. 2. Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos Perderemos**: a construção do federalismo republicano brasileiro. Curitiba: CRV, 2017.